



Câmara aprova novo índice de correção do FGTS.

Após negociações com o governo, a Câmara aprovou na noite desta terça-feira, em votação simbólica, o projeto que altera a correção dos depósitos do FGTS de forma escalonada em quatro anos até alcançar a rentabilidade da poupança, a partir de 2019. A princípio, o Palácio do Planalto trabalhou para que o projeto sequer fosse votado. Diante de uma iminente derrota, decidiu negociar para que a nova correção, que seria feita a partir de janeiro de 2016 pelo índice da poupança, não fosse aplicada integralmente no próximo ano. Mas, segundo fontes do Ministério do Planejamento, mesmo com as alterações no texto, o governo irá tentar reverter a proposta no Senado ou poderá recorrer ao veto para modificá-la.

Segundo o relator do texto, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a proposta da equipe econômica foi de um escalonamento em 11 anos, mas o relator decidiu pelo que considerou um meio-termo. Maia disse que não há radicalismo em sua proposta e espera que não seja vetada:

— Os cotistas não podem, sem o direito de dar sua opinião, continuar oferecendo ao governo o subsídio que é injusto. Eu pergunto: quem é o gestor do FGTS? Aplica seu dinheiro em TR mais 3%? Então, não é justo que o dinheiro dos outros renda TR mais 3%. Agora, é claro, também não é justo que da noite para o dia você dê a liberdade para que essas contas possam buscar a rentabilidade de mercado.

Governo queria prazo maior

Todos os destaques apresentados na Câmara foram rejeitados e o projeto deve ser enviado ao Senado, a partir de janeiro de 2016. Pelo texto, os novos depósitos do FGTS terão correção monetária da Taxa Referencial (TR) mais 4% no primeiro ano; 4,75% em 2017; 5,5% em 2018 e, depois disso, passarão a ser corrigidos pelo mesmo índice da poupança, o que pode dobrar a remuneração atual do fundo.

Além disso, o projeto determina que 60% do lucro efetivo do FGTS seja destinado a aplicações em habitação popular, o que foi considerado uma vitória pelo líder do governo, José Guimarães (PT-CE). Sobre o escalonamento, no entanto, Guimarães disse que o governo irá analisar se vetará algum item, já que, segundo o petista, o governo trabalhava com a perspectiva de uma graduação da correção em 8 anos.

— O governo vai analisar os números e ver se sanciona ou veta, e em quais condições isso será feito. Não foi um acordo de 100%, mas diria que de 80% — disse Guimarães, que encaminhou voto favorável ao projeto, diante de dezenas de integrantes da Força Sindical, que pressionavam pela aprovação do texto nas galerias do plenário da Câmara.

Rodrigo Maia afirmou que, desde a semana passada, tenta, junto ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), construir uma alternativa ouvindo o governo. Na manhã de ontem, o relator se reuniu com o vice-presidente Michel Temer e com os ministros Nelson Barbosa (Planejamento), Joaquim Levy (Fazenda) e Gilberto Kassab (Cidades), para tentar avançar a proposta.

— O trabalhador tem que falar também nesse debate, não é só o governo. De forma nenhuma a nossa proposta tende a gerar prejuízo a qualquer tipo de financiamento de projeto que o governo faz, seja no saneamento ou na habitação — afirmou Maia.

O relator explicou que a proposta inicial era garantir a rentabilidade da poupança para 100% das contas. Mas, com as resistências do governo, ficou definido o escalonamento.

— Tenho certeza que o escalonamento dará ao governo condições, até porque eu espero e confio no Levy, que a nossa taxa de juros possa cair no médio prazo. Até por isso, colocamos a poupança como referência, e não colocamos a TR mais 6% — afirmou.

Demora na negociação

O governo decidiu aceitar um acordo com a Câmara para, segundo auxiliares presidenciais, “minimizar o prejuízo”. O Executivo não queria nenhuma mudança agora, em meio ao ajuste fiscal.

Atualmente, o rendimento do FGTS é de 3% mais a Taxa Referencial. Pela proposta inicial, defendida por deputados autores do projeto e o próprio presidente da Câmara, o rendimento dobraria, alcançando mais de 6% ao ano.

Mais cedo, Eduardo Cunha criticou o governo por demorar em negociar a proposta. Mesmo depois de pedidos do Palácio do Planalto para que a votação fosse adiada, Cunha manteve a proposta como primeiro item da pauta.

— Coloquei na pauta. Não tem um cabo de guerra. Está lá como aconteceu com a PEC 443 que o governo votou para adiar e não conseguiu adiar. Eu não tenho cavalo de batalha. O tema está lá, anunciado há muito tempo. O problema é que o governo só resolve discutir o assunto de verdade quando faltam cinco minutos para o time entrar em campo. Nunca discute quando você avisa que o jogo é daqui a dois meses — disse Cunha, alfinetando:

— Eles tendem a empurrar com a barriga. Se tivesse tido a boa vontade que estão tendo hoje certamente a gente chegaria a um acordo.

Cunha disse não ver problema em propor um escalonamento na correção, mas criticou a proposta, defendida inicialmente pelo governo e que acabou excluída, de divisão dos lucros do FGTS no lugar da correção dos novos depósitos pelo índice da poupança:

— Escalonamento? Sim. Não tem problema nenhum. Isto já vem sendo falado para mim e para o Nelson Barbosa. Acho que qualquer tipo de solução que dê um pouco de conforto a todos não é ruim. Tem uma divergência entre tratar sobre lucro e tratar sobre aumento de taxa. Tratar sobre lucro é mais difícil, porque você não controla o lucro. Quem coloca o subsídio para manter o lucro é sempre o governo e o trabalhador não tem forma de se proteger. Agora, fazer a graduação é razoável.

Fonte: O Globo, 19.08.2015 e Clipping de Notícias Granadeiro

Comissão aprova informação sobre raça em registros trabalhistas.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (12) projeto do deputado Vicentinho (PT-SP) que obriga os empregadores do setor público e privado a incluírem nos registros administrativos assinados pelos seus empregados um campo para que possam se classificar segundo o segmento étnico e racial a que pertencem (PL 7720/10).

A proposta altera o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10). Segundo o texto, o trabalhador definirá a raça a que se acha pertencente nos seguintes formulários:

- de admissão e demissão no emprego e de acidente de trabalho;
- de inscrição de segurados e dependentes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

- de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- de registro feito no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

O empregador deverá incluir a informação fornecida pelo empregado na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), elaborada anualmente pelo Ministério do Trabalho com dados enviados pelas empresas.

Pesquisa

O PL 7720 foi aprovado na forma de um substitutivo apresentado pela relatora na comissão, deputada Erika Kokay (PT-DF).

A versão aprovada obriga o IBGE a realizar, a cada cinco anos, censo para identificar a participação de cada grupo étnico-racial empregado no setor público. As informações serão usadas na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

A PNPIR foi instituída pelo Estatuto da Igualdade Racial. Seu objetivo é reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra.

O projeto do deputado Vicentinho não faz menção expressa ao IBGE nem determina que os dados colhidos vão embasar as políticas do PNPIR.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será examinado agora nas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta: PL -7720/2010

Fonte: Agência Câmara Notícias, Janary Júnior, 19.08.2015 e Clipping de Noticias Granadeiro.

Reoneração da folha de pagamento piora crise, dizem empresas.

A aprovação no Senado do projeto de lei que reduz a desoneração da folha de pagamento gerou insatisfação entre os empresários afetados pela medida.

“É uma barbaridade o nosso setor estar sendo castigado dessa forma”, afirmou José Romeu Ferraz Neto, presidente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado).

Hoje, as empresas do setor pagam uma alíquota de 2% sobre o faturamento. Com a nova lei, essa taxa sobe para 4,5%.

“A construção civil já tinha uma das maiores alíquotas e ainda sofremos um aumento de 125%”, afirmou Ferraz Neto.

“As empresas já têm sido bastante prejudicadas pela crise. Agora, a situação vai ficar ainda mais pavorosa.” O setor prevê corte de 475 mil vagas de emprego neste ano.

Entre as empresas de vestuário, a nova taxa deve elevar o número de demissões no setor, que sofre com custos maiores e vendas em queda, afirmou o presidente do Sindivestuário, Ronald Masijah.

“A previsão era de demissão de 60 mil pessoas em um ano, isso com 1% de alíquota. Com 1,5%, a expectativa é que esse número aumente em progressão geométrica.”

“Nós não queríamos reoneração nenhuma. Em um cenário de aumento de custos de toda ordem —energia, combustível, juros e salários mais altos—, é um momento absolutamente inadequado”, disse Fernando Pimentel, da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção).

Parte dos 56 setores antes beneficiados pela desoneração tentava negociar com o governo uma proposta de aumento de 50% na alíquota de todas as empresas.

Masijah esteve em Brasília na quarta (19) para defender a proposta em reunião com os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

“Mas se o Senado votasse a favor dessa sugestão, o projeto teria de ser votado de novo na Câmara, e o governo fez pressão para agilizar o processo [de aprovação]”, afirmou.

O setor de confecções foi um dos beneficiados por um aumento menor da alíquota, de 1% para 1,5%. Ele disse, no entanto, não ter confiança de que a lei será sancionada pela presidente Dilma Rousseff como está.

“Agora estamos sujeitos ao bom humor da presidente, para saber se ela vai aceitar o 1,5%, mas ela está sinalizando que não vai”, disse.

Pimentel, da Abit, foi mais otimista sobre a sanção de Dilma ao projeto de lei: “Temos plena confiança de que a presidente vai aprovar. Se o Congresso aprovou, não tem por que ela rejeitar.”

Fonte: Folha de São Paulo, por Giuliana Vallone, 21.08.2015 e Clipping de Noticias Granadeiro.

PEC que altera competência do TST tem audiência pública na Câmara dos Deputados.

A Proposta de Emenda à Constituição Federal de nº 11/2015 será objeto de audiência pública a ser realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, às 15h desta terça-feira (25/08). A PEC modifica a competência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), altera os requisitos para os cargos de ministros trabalhistas e deixa explícito que o TST é um órgão do Poder Judiciário. O debate público terá a presença de juristas trabalhistas e constitucionalistas, além do presidente do TST, ministro Antonio José de Barros Levenhagen, e do presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

De autoria do ex-senador Válter Pereira (atualmente no PDT), a PEC modifica os artigos 92 e 111-A da Constituição. No primeiro caso será acrescentado o inciso II-A, que explicita o TST como sendo órgão do Judiciário. Quanto ao Art. 111-A, a PEC estabelece como pré-requisitos à nomeação dos ministros do TST “notável saber jurídico e reputação ilibada”.

A PEC ainda modifica a competência do TST para que ele mesmo processe e julgue “reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões”.

Aprovada no Senado Federal, a PEC 11/2015 já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC), não cabendo mais emendas e estando apta a ir à votação no plenário.

A sessão pública da Câmara dos Deputados tem transmissão ao vivo pela Internet a partir das 15h, podendo ser assistida clicando AQUI.

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região Paraná, 25.08.2015 e Clipping de Noticias Granadeiro

Câmara discute Reforma Tributária em audiência pública

A Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados realizou audiência pública com a presença do Presidente Executivo da ABIMAQ, José Velloso Dias Cardoso, do Diretor de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Pedro Onofre Fernandes e do Coordenador do Movimento Brasil Eficiente, Paulo Rabelo de Castro.

O representante da ABIMAQ apontou como principais mazelas do sistema tributário atual a alta complexidade, a cumulatividade de alguns tributos, os curtos prazos de recolhimento e a oneração dos investimentos.

José Velloso apresentou como sugestões:

- a instituição de um IVA não cumulativo que englobe os atuais IPI, PIS, COFINS, CIDE combustíveis, salário educação e contribuição previdenciária patronal, que contará com três faixas de alíquotas;
- a CSLL como parte da base do IRPJ, que incidirá sobre todos os tipos de renda, sem isenções, com alíquotas progressivas conforme a faixa de renda;
- o imposto de importação com alíquotas crescentes conforme o grau de agregação de valor;
- o IOF não incidente sobre empréstimos e financiamentos;
- a instituição de um imposto seletivo, que substitua o IPI, para produtos supérfluos e ostentatórios;
- a instituição de um IVA estadual, não cumulativo, que substitua o ICMS;
- a extinção do ISS, compensada pela transferência aos municípios do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), IPVA e manutenção do IPTU;
- a extinção de todas as isenções e regimes especiais, mas com redutores nas alíquotas das MPEs; prazo mínimo de recolhimento pelo contribuinte e de pagamento dos créditos auferidos pelo Fisco de 60 dias , fora o mês do fato gerador.

Pedro Fernandes apontou como pontos imprescindíveis para a reforma tributária a extinção dos juros sobre o capital próprio, da isenção do IR sobre a distribuição de lucros e dividendos e da isenção da incidência do IR sobre a remessa de lucros e dividendos ao exterior, entre outros.

Paulo Rabelo também apresentou como sugestão para uma Reforma viável um IVA que comportasse PIS, COFINS, CPP, CIDE, IPI e ICMS e um IR que comporte a CSLL.

O Deputado Mauro Pereira (PMDB/RJ) trouxe a tona a discussão acerca da CPMF. O representante da ABIMAQ ressaltou que a Contribuição não é progressiva e tira a competitividade do País. O representante dos auditores da Receita concordou com esses pontos, mas ponderou que, com uma alíquota irrisória, a Contribuição manteria seu melhor ponto: o caráter controlador.

Fonte : Novidades Legislativas CNI nº 65 – 25/08/2015

57ª Convenção de contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, JÁ ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES



As inscrições para a 57ª Convenção de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, que será realizada de 22 a 24 de outubro de 2015, já estão abertas e a programação preliminar Veja aqui.

Inscrições

PERIODO	PROFISSIONAL	ESTUDANTE	ACOMPANHANTE	OUTROS
01/08 a 30/09/2015	R\$ 480,00	R\$ 280,00	R\$ 280,00	R\$ 520,00

Inscrição como estudante:

- Apenas estudantes de graduação
- Faz-se necessária apresentação de comprovante de matrícula no credenciamento do evento dentro do prazo de validade
- No valor da inscrição não está incluso a Hospedagem
- A inscrição inclui: • Acesso às palestras, à exposição e a todos os eventos da Convenção;
• Material do participante; • Coffee breaks; • Coquetel de Abertura; • Acompanhantes têm acesso apenas à área de exposição e ao Coquetel de Abertura
- A inscrição só estará confirmada após o pagamento do boleto e poderá ser paga em até 3 vezes.
- Todos os participantes deverão usar crachá em todos os eventos.

Programa Preliminar

22 OUTUBRO – QUINTA-FEIRA

- 14h – Abertura do Fórum da Mulher Contabilista
- 14h15 – As diversas responsabilidades de ser Presidente
Talk show com presidentas dos CRCs
- 15h30 – Superação e Resultados Sensacionais
Palestrante: Adriana Albuquerque
- 16h30 – Encerramento do Fórum da Mulher
- 17h – Abertura Solene da 57ª Concerj
- 17h30 – Realização da Milésima Plenária do CRCRJ
- 18h30 – Palestra Magna: Contabilidade e Democracia
20h – Coquetel de Abertura

23 DE OUTUBRO – SEXTA-FEIRA

- 15h – Palestra Simultânea – Segurança da Informação 9h30 – Abertura do Seminário de Contabilidade na Área Pública
- 10h – Palestra Plenária: A importância da contabilidade como instrumento de transparência na gestão pública
- 12h – Encerramento do Seminário de Contabilidade na Área Pública

Início da 57ª Concerj

- 14h – Palestra Plenária: Esclarecimentos sobre o COAF
- 14h – Palestra Simultânea – Área Pública – Observatório Social

15h – Palestra Plenária – Educação Financeira

Palestrante: **Luis Carlos Ewald – Sr. Dinheiro** (do Programa Fantástico da Rede Globo)
com baixo custo

Palestrante: **Paulo Pagliusi** – Ph.D in Information Security, CISM

16h15 – Apresentação da peça de teatro Ensino em cena – Orçamento Familiar

17h – Intervalo de coffee break e rodada de negócios

17h30 – Palestra Plenária – Dialogando com o Fisco

17h30 – 18h30 – Palestra Simultânea 3 – A Perícia Judicial e o novo CPC

Palestrante: **Desembargador João Zivaldo Maia**

18h30 – Palestra Plenária – Transparência X Corrupção – Uma Visão Integral da
Sociedade Civil

Palestrante: **Jesús Lizcano** – Presidente do Instituto Internacional de Transparência

19h30 – Palestra Plenária: Muito além dos números: os desafios para a Contabilidade
(2015-2030)

Palestrante: **Dr. Edgard Bruno Cornacchione Junior** – Professor da Faculdade de
Economia,

Administração e Contabilidade da USP

20h30 – Encerramento

24 DE OUTUBRO – SÁBADO

9h – Palestra Plenária – Grande Painel Sobre Sped Fiscal e Contábil e E- social

Palestrantes: **Marcio Tonelli** – Especialista em SPED

Luiz Tutomu – Especialista em EFD ICMS/IPI

José Nilton Loureiro – Gerente da Filial do Fundo de Garantia Rio de Janeiro da Caixa

9h30 – Palestra Simultânea: Programa de Educação Continuada para Contadores e
Auditores Preparadores das demonstrações Contábeis das S/A

11h – Intervalo de coffee break e rodada de negócios

11h30 – Palestra de Encerramento: Violência contra o cidadão

Palestrante: **Deputada Estadual Martha Rocha**

12h30 – Encerramento Solene da 57ª Concerj

Maiores Informações e Inscrições: site www.57concerj.com.br

e-mail :concerj57@crerj.org.br

Fonte: Informativo CRC/RJ

Filiada a:

